



O BAIXO VOUGA LAGUNAR

ESTÃO AS ATUAIS TOMADAS DE DECISÃO
“ADAPTADAS PARA INTERNALIZAR A ADAPTAÇÃO”
NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS?

Projeto ADAPT-MED

FICHA TÉCNICA

Título original do projeto (em inglês): *Is current decision making “adapted to internalize adaptation” into policy making?*

Data: Dezembro de 2015

Projeto financiado por: EU/FP7/ CIRCLE-MED Era Net e FCT (CIRCLE-MED/0001/2013; CIRCLE-MED/0002/2013). O projeto contou ainda com o financiamento da FCT através das unidades de investigação envolvidas (PEst-OE/EGE/UIO315/2014; UID/AMB/50017/2013) e através das bolsas de Doutoramento SFRH/BD/79170/2011 (LP Sousa) e SFRH/BD/78348/2011 (F Freitas).

Aviso legal: A informação e as opiniões emitidas nesta publicação não são necessariamente as das entidades financiadoras do projeto. Os autores e editor não assumem nenhuma responsabilidade por qualquer perda decorrente do uso deste relatório.

Editor: Ana Isabel Lillebø (Departamento de Biologia e CESAM, Universidade de Aveiro)

Este documento deve ser citado como: ADAPT-MED 2015 Estão as atuais tomadas de decisão “adaptadas para internalizar a adaptação” na elaboração de políticas? O Baixo Vouga lagunar como caso de estudo [Lillebø AI (eds.)]

A equipa envolvida no projeto e autora da publicação: Departamento de Biologia & CESAM, Universidade de Aveiro: Ana I. Lillebø; António A. Nogueira; Fabiana P. Freitas; Nuno R. Rodrigues.

Departamento de Ambiente e Ordenamento & CESAM, Universidade de Aveiro: Fátima L. Alves, Lisa P. Sousa.

Centro de Investigação e Intervenção Social, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa: Luísa Lima; Sílvia Luís.

Unidade de Investigação em Desenvolvimento Empresarial, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa: Catarina Roseta-Palma.

Depósito legal 402634/15

ISBN 978-989-99524-0-9

Impressão e Acab. Grafígamelas, Indústria Gráfica, Lda

Design JI&Gu - Design e consultoria criativa · www.jiandgu.com

Fotografia de capa: Magalhães Crespo

Distribuição Gratuita



RESUMO

O projeto europeu ADAPT-MED pretendeu identificar os principais fatores que afetam a capacidade de internalizar a adaptação às alterações climáticas em zonas costeiras mediterrâneas, no processo de tomada de decisão. Nomeadamente, procurou-se analisar a forma como o processo de adaptação às alterações climáticas se relaciona, e poderá relacionar, com os mecanismos de planeamento e gestão do território e de prevenção do risco.

Para alcançar esse objetivo foi reunida uma equipa interdisciplinar, compreendendo universidades e unidades de investigação em Portugal (Universidade de Aveiro e Instituto Universitário de Lisboa), França (ACTeon e Instituto para a Investigação Geológica) e Grécia (Universidade Nacional Capodistriana de Atenas), tendo como casos de estudo o Bloco do Baixo Vouga Lagunar (Aveiro, Portugal); o território desde a baía de La Ciotat até Lavandou (sul de França); e a zona costeira este da Ilha de Creta (Grécia).

O presente documento introduz o tema das alterações climáticas em Portugal e sistematiza os resultados obtidos para o caso de estudo nacional, o Bloco do Baixo Vouga Lagunar, no decorrer do projeto europeu ADAPT-MED.



INTRODUÇÃO

As alterações climáticas são atualmente reconhecidas como um problema real, e validado pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) constituindo motivo de preocupação para sociedade em geral. Já em Portugal se têm sentido alguns indícios das alterações climáticas, nomeadamente no que se refere a alterações na temperatura, na precipitação e no nível médio do mar. De futuro, os principais impactes esperados são fenómenos de seca e de cheias, o aumento das ondas de calor, a escassez de água doce e a subida do nível médio do mar. Em particular para a zona costeira, entre os impactes esperados incluem-se ainda: o aumento da precipitação durante o inverno e diminuição durante o verão; o aumento da frequência e da intensidade dos fenómenos de erosão costeira e o consequente recuo de linha de costa; o aumento da vulnerabilidade ao risco de inundação costeira; e o incremento da intrusão salina nos estuários e áreas adjacentes.

De forma a combater os efeitos das alterações climáticas em Portugal optou-se por uma dupla abordagem (consubstanciada nas orientações da política climática europeia): mitigação – redução das emissões dos gases com efeito de estufa; e adaptação – minimização dos efeitos negativos das alterações climáticas. O processo de adaptação pretende ajustar os territórios e as populações ao clima atual e projetado, considerando que a curto prazo os impactes das alterações climáticas não poderão ser evitados.

Portugal, em sintonia com os estados membros da União Europeia, adotou em 2010 a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA), procurando: aumentar e sintetizar o conhecimento sobre este fenómeno; reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta; aumentar a participação dos atores-chave, sensibilizar e divulgar; e aumentar a cooperação internacional. Foi escolhida uma abordagem por nove setores onde se incluem o ordenamento do território; os recursos hídricos; as zonas costeiras e a agricultura. Para além da ENAA, outras políticas, estratégias, planos e programas podem interrelacionar-se por forma a promover a adaptação às alterações climáticas, nomeadamente os instrumentos de gestão do território, planos de gestão de bacia hidrográfica, planos de ordenamento da orla costeira, (atualmente designado por programa da orla costeira de acordo com o atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), entre outros.



OBJETIVO

O projeto ADAPT-MED teve como objetivo identificar os principais fatores que afetam a capacidade de introduzir medidas de adaptação às alterações climáticas, no processo de tomada de decisão, em zonas costeiras mediterrâneas.

No caso de estudo nacional, o Bloco do Baixo Vouga Lagunar (BVL), pretendeu-se analisar as percepções dos atores-chave relativamente à temática das alterações climáticas, relacionando-a com os mecanismos de planeamento e gestão do território e de prevenção do risco.



ESTRUTURA DO PROJETO E O CASO DE ESTUDO NACIONAL, O BLOCO DO BAIXO VOUGA LAGUNAR

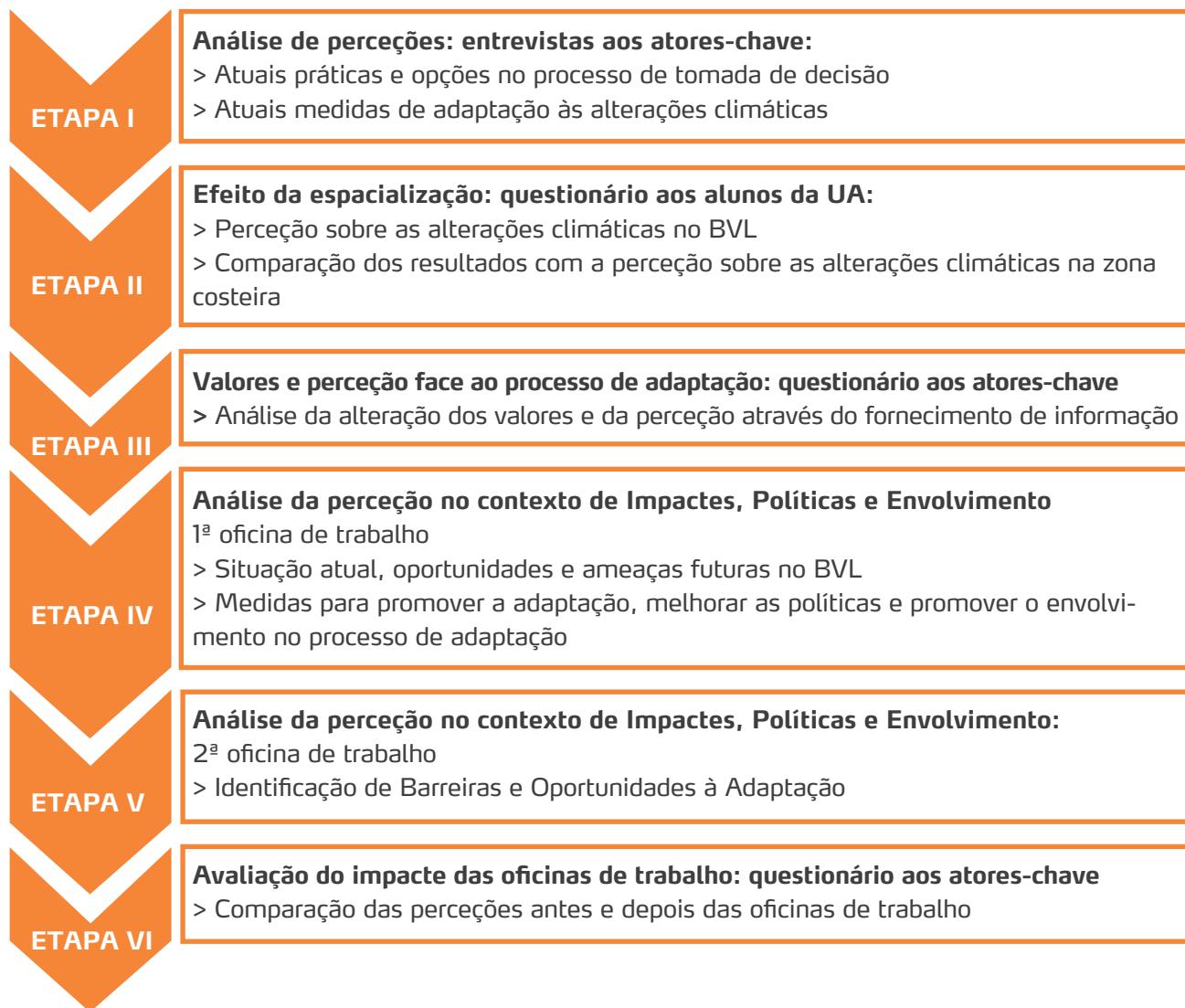
O projeto compreendeu cinco etapas, ilustradas no esquema seguinte, ao longo das quais procurou-se analisar a perceção dos atores-chave relativamente às medidas de adaptação desejáveis e do modo como estas poderão ser integradas nas atuais políticas, tendo como referência o Bloco do Baixo Vouga Lagunar. Os atores-chave participantes no projeto foram envolvidos desde o início, através de entrevistas, questionários e oficinas de trabalho.

Ao longo das etapas do projeto, pretendeu-se apreciar de que modo o aumento de conhecimento dos atores-chave sobre os impactos das alterações climáticas podem resultar em mudanças na tomada de decisão em termos de políticas e medidas de adaptação às alterações climáticas.

O Bloco do Baixo Vouga Lagunar situa-se na zona de confluência do Rio Vouga com a Ria de Aveiro, integrando-se na Zona de Proteção Especial da Ria. A sua paisagem é moldada pela atividade humana e pela presença da água, havendo uma procura no equilíbrio entre a influência da água salgada (proveniente da Ria) e da água doce (de origem fluvial). As unidades de paisagem caracterizam-se por zonas húmidas de sapais e caniçais, o campo aberto, e o 'Bocage', onde as atividades, como a agricultura e a produção de gado, coexistem com a diversidade biológica, em especial as aves.



ETAPAS DO PROJETO



I PERCEÇÕES SOBRE AS ATUAIS PRÁTICAS E OPÇÕES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: ENTREVISTAS AOS ATORES-CHAVE

Para avaliar a forma como a adaptação às alterações climáticas está a ser aplicada no BVL, foram conduzidas 18 entrevistas a vários atores-chave, incluindo decisores políticos, administração (local, regional e nacional) e utilizadores. Os participantes foram questionados sobre a sua relação (pessoal e institucional) com as alterações climáticas e com o desenvolvimento de políticas, procurando-se compreender de que forma poderiam participar na integração do processo de adaptação, na formulação de políticas. Foi ainda solicitado aos participantes que identificassem os impactes atuais das alterações climáticas no BVL e as políticas que tivessem em consideração esses impactes. Mais, os participantes foram questionados sobre boas práticas e sobre políticas de adaptação tendo em conta o horizonte 2050 e de como poderiam estas ser integradas na formulação de políticas.

Verificou-se que, para cerca de 50% dos participantes as alterações climáticas não constituem a maior preocupação no BVL e que as atividades associadas ao Porto de Aveiro (nomeadamente as dragagens de suporte às atividades portuárias) foram apontadas como as causas prováveis para os impactes sentidos (56%), agravado pela falta de manutenção das estruturas de proteção. Os participantes mencionaram que “as alterações climáticas são um problema global e que, desta forma, devem ser resolvidas a uma escala global” e que “os problemas atuais devem ser resolvidos antes de se considerarem as alterações climáticas”.

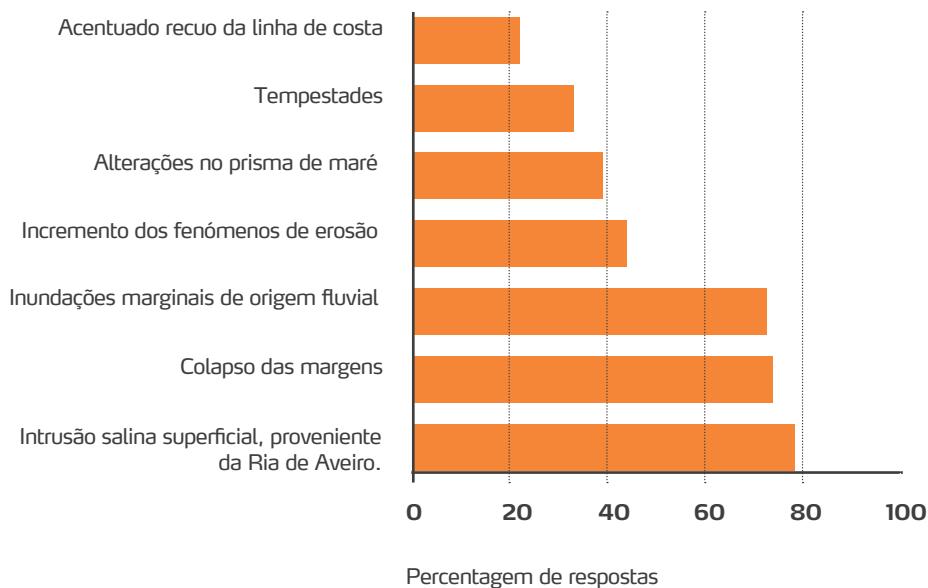
A reduzida sensibilização dos agricultores relativamente às alterações climáticas foi enfatizada durante as entrevistas (39%), sendo que cerca de 50% dos participantes considera que não existem consequências significativas das alterações climáticas no BVL. As preocupações mais relevantes apontadas pelos participantes são apresentadas em termos percentuais no gráfico seguinte.

Os participantes consideram não existir medidas concretas para lidar com os efeitos das alterações climáticas, bem como alguma inação face à resolução dos problemas atuais (78%). Ainda assim, a conclusão do projeto do dique de defesa das marés é tida como uma medida benéfica por 67% dos participantes, e que pode também ser ajustada para lidar com os efeitos das alterações climáticas.



© Nuno Rodrigues

PROJEÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES MAIS RELEVANTES APONTADAS PELOS PARTICIPANTES





II EFEITO DA ESPACIALIDADE NA PERCEÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: ESTUDO COM ALUNOS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

No decurso do projeto pretendeu-se estudar se existem diferenças na atribuição das alterações climáticas como causa dos problemas ambientais, entre a zona costeira (Esmoriz à Vagueira) e uma zona não costeira (BVL). Para isso, realizou-se um estudo exploratório com 37 alunos da Universidade de Aveiro, residentes nos concelhos onde o BVL se insere, para se pronunciarem sobre as inundações (marítimas e fluviais). Para a zona costeira utilizou-se a base de dados de um estudo anterior, onde se extraiu uma amostra de 30 participantes que se tinha pronunciado sobre a perceção do risco do recuo da linha de costa.

O estudo demonstrou que a perceção sobre a probabilidade de ocorrência de inundações extensas no BVL é relativamente alta e que a extensão irá aumentar nos próximos anos. As causas mais apontadas foram as tempestades (17%), a subida do nível médio do mar (17%) e a erosão (12%). De notar que a escolha “subida do nível do mar” não reflete, neste caso, uma consequência das alterações climáticas, dado que essa opção também existia.

No que se refere ao recuo da linha de costa as causas mais apontadas foram as alterações climáticas (32%), a subida do nível do mar (17%) e a falta de estruturas de engenharia de proteção (12%). Observou-se que os participantes escolheram mais vezes as alterações climáticas como causa dos problemas ambientais na zona costeira do que no BVL, considerando o número possível de escolhas. A experiência de viver perto da costa pode ser associada com uma maior consciencialização para com os impactes das alterações climáticas, o que facilita a interpretação de que os problemas sentidos podem estar relacionados com as AC.

Estes resultados levam-nos a sugerir que a dimensão espacial deverá ser tida em conta na promoção do envolvimento na adaptação às alterações climáticas das populações locais. A menor atribuição dos problemas ambientais às alterações climáticas poderá resultar na minimização da perceção das necessidades locais de adaptação e a um menor envolvimento no processo, o que poderá dificultar a discussão e a comunicação entre as partes. Mesmo que haja um robusto conhecimento técnico e científico sobre as alterações climáticas, o processo de adaptação poderá não ser fácil de aplicar.



III VALORES E PERCEÇÕES SOBRE ADAPTAÇÃO: QUESTIONÁRIO AOS ATORES-CHAVE

A perceção foi avaliada por meio de um questionário elaborado com base num modelo teórico de planeamento da adaptação, aplicado às alterações climáticas. Nomeadamente com base nos conceitos da “Teoria do Comportamento Planeado” procurou-se perceber de que forma era planeado o processo de adaptação às alterações climáticas.

Dos 80 dos atores-chave do BVL contactados, incluindo decisores, 31 completaram o questionário por via eletrónica e 11 responderam ao questionário presencialmente.

Os resultados mostram que os participantes acreditam no fenómeno das alterações climáticas de uma forma geral, ainda que com alguma reserva. No que se refere ao estado das várias componentes ambientais (condições sanitárias, paisagem, zonas costeiras, solo, recursos piscícolas, biodiversidade, recursos hídricos e ambiente em geral) para Portugal e para o BVL as respostas repartiram-se entre as opções I e III, no leque de opções: I - “em parte mau”; II - “aceitável”, e III - “em parte bom”. Os participantes mostraram-se ligeiramente otimistas relativamente à evolução no sentido do horizonte 2050 (à exceção das zonas costeiras). Em termos da perceção do risco no BVL para o horizonte 2050, os eventos de cheias, intrusão salina e degradação do ecossistema são apontados como tendo maior probabilidade de ocorrência. Relativamente ao planeamento da adaptação às alterações climáticas no BVL, as respostas foram ao encontro dos objetivos previstos pelo IPCC no que se refere à

adaptação a nível local. De um modo geral, foram evidenciados os benefícios da adaptação antecipada, nomeadamente, a prevenção/redução de custos, que, de acordo com os participantes, seriam mais elevados caso de se adiar a adoção de medidas de adaptação com vista ao horizonte 2050. O envolvimento do público nos processos de adaptação foi considerada essencial, e os participantes mostraram confiança na sua capacidade para contribuir no processo de planeamento da adaptação.



IV IMPACTES, POLÍTICAS E ENVOLVIMENTO: 1ª OFICINA DE TRABALHO COM OS ATORES-CHAVE

A primeira oficina de trabalho teve lugar na Biblioteca Municipal de Estarreja no dia 17 de Março de 2015 e reuniu 24 atores-chave entre representantes de municípios, freguesias, administração setorial, agricultores e outros utilizadores.

A sessão iniciou-se com a introdução dos três temas da oficina de trabalho: impactes das alterações climáticas; políticas de adaptação às alterações climáticas; e envolvimento no processo de adaptação às alterações climáticas.

De seguida, foi proposto aos participantes que, enquanto atores-chave do BVL, identificassem os aspectos mais relevantes relacionados com cada um dos temas, respondendo objectivamente, no contexto da situação atual e das oportunidades e ameaças futuras no BVL, a cada uma das seguintes questões:

- Impactes - Quais os principais problemas associados às alterações climáticas no BVL?
- Políticas - A estratégia atual permite responder aos desafios das alterações climáticas no BVL?
- Envolvimento - Quem deverá ser responsável por planear a adaptação às alterações climáticas no BVL?

Num segundo momento, os participantes foram convidados a integrar grupos de discussão mais pequenos e a apresentar medidas para promover a adaptação às alterações climáticas no BVL, melhorar as políticas e promover o envolvimento no processo de adaptação.

As respostas às questões colocadas no primeiro e no segundo momento da oficina de trabalho são apresentadas na tabela 1, subdividida nos temas Impactes, Políticas e Envolvimento.



Tabela 1 - Apresentação das respostas dadas pelos participantes nos dois momentos da oficina de trabalho (a coluna da esquerda corresponde ao contexto da situação atual, oportunidades e ameaças futuras no BVL e a da direita à antevisão de como promover a adaptação às alterações climáticas no BVL).

IMPACTES	
Quais são os principais problemas atuais no BVL?	Como podemos promover a adaptação?
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Erosão costeira e erosão nas margens da Ria ▪ Perda de habitats e de biodiversidade ▪ Entrada água salgada/intrusão salina ▪ Subida do nível médio da água do mar ▪ Agricultura: redução de área de terra arável ▪ Inundações (aumento nível do mar) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão da água para evitar a intrusão salina ▪ Construção de diques e regulação da Barra ▪ Preservação dos valores ambientais (Arca de Noé) ▪ Redes de cooperação (exemplos de sucesso) ▪ Formação (incluindo escolas) ▪ Trocas de benefícios ▪ Intervenção da sociedade ▪ Investimento no turismo (navegabilidade das ribeiras, percursos da natureza e promoção internacional) ▪ Gestão do caudal dos rios ▪ Guia de adaptação para as práticas agrícolas
POLÍTICAS	
Como melhorar a estratégia?	Que tipo de políticas poderão ser mais eficazes?
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações conjuntas de informação e de sensibilização da comunidade ▪ Necessidade de divulgação de programas em curso pela comunidade; participação ativa da sociedade civil ▪ Integração de planos com objetivos comuns ▪ Mobilização de sinérgias para além de interesses individuais e económicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor informação e mais articulação ▪ Maior participação dos agentes locais na formulação das políticas ▪ Maior capacitação técnica e financeira ▪ Melhor integração das alterações climáticas nas políticas sectoriais (agricultura e conservação da natureza) ▪ Adaptação das medidas de modo local ▪ Ajuste temporal e espacial das políticas ▪ Simplificação processual ▪ Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) como entidade gestora ▪ Monitorização das ações implementadas ▪ Criação de instrumentos financeiros ▪ Fiscalização ▪ Promoção da comunicação entre os técnicos e habitantes/ utilizadores do BVL ▪ BVL como Projeto de Interesse Nacional ▪ Políticas de responsabilização ▪ Integração das estratégias de adaptação nas políticas da região

ENVOLVIMENTO

Quem deveria ser responsável por planear a adaptação no BVL?

- Planeamento conjunto/equipa multidisciplinar: técnicos + população local + representantes poder local
- Estado português/políticos (com base em estudos: efeitos na população e biodiversidade)
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Agência Portuguesa do Ambiente + Autarquias + Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Como promover a participação no processo de adaptação?

- Traduzir o significado de alterações climáticas para o público em geral
- Tornar o processo de participação e de consulta pública mais transparente e envolver as pessoas em todo o processo (resultados e avaliação)
- As entidades têm que dar oportunidade aos locais para se envolverem
- Diminuir os entraves burocráticos
- Dar exemplos e ensinar novas formas de fazer
- Conhecer as preocupações e as necessidades dos diferentes públicos-alvo
- Usar cenários visuais e o envolvimento emocional com a terra para motivar as pessoas
- Fazer orçamentos participativos com verbas associadas

Aos resultados obtidos na primeira oficina de trabalho foram associados as “medidas de adaptação” existentes: em planos de gestão territorial (e.g. Planos de Gestão de Bacia; Planos Regionais de Ordenamento do Território); na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (RCM n.º 24/2010, de 1 de Abril); e em outros documentos relevantes (e.g. Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga) de forma a serem apresentados e discutidos na segunda oficina de trabalho.



V BARREIRAS E OPORTUNIDADES À ADAPTAÇÃO: 2ª OFICINA DE TRABALHO COM OS ATORES-CHAVE

A segunda oficina de trabalho teve lugar na Biblioteca Municipal de Estarreja, no dia 8 de maio de 2015. Participaram 18 atores-chave entre representantes de municípios, freguesias, administração setorial, agricultores e outros utilizadores, alguns dos quais já tinham participado na primeira oficina de trabalho.

A sessão iniciou-se com a apresentação das medidas de adaptação extraídas da primeira oficina de trabalho, agora sistematizadas na tabela 2.

Tabela 2 - Medidas de adaptação extraídas da primeira oficina de trabalho subdividida nos temas Impactes, Políticas e Envolvimento.

IMPACTES
<ul style="list-style-type: none">▪ Gestão da água▪ Ambiente e biodiversidade▪ Conhecimento, formação e cooperação▪ Atividades socioeconómicas
POLÍTICAS
<ul style="list-style-type: none">▪ Informação e participação dos agentes locais na formulação das políticas▪ Integração das alterações climáticas nas políticas setoriais e regionais▪ Gestão local/regional▪ BVL como Projeto de Interesse Nacional
ENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none">▪ Mobilização e promoção do envolvimento na tomada de decisão▪ Desenvolvimento de ações de comunicação acerca da adaptação às alterações climáticas no BVL▪ Realização de orçamentos participativos que englobem o tema da adaptação às alterações climáticas

De seguida os participantes foram convidados a integrar grupos de discussão mais pequenos e a pronunciarem-se sobre o modo como as medidas de adaptação propostas podem ser implementadas, identificando as respetivas oportunidades e constrangimentos. Os resultados dessa discussão são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Visão dos participantes da segunda oficina de trabalho sobre o modo como as medidas de adaptação propostas, subdividida nos temas Impactes, Políticas e Envolvimento, podem ser implementadas, identificando as respetivas oportunidades e constrangimentos.

IMPACTES	
Oportunidades	Barreiras
Gestão da água	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo Quadro Comunitário (PDR 2020) ▪ Melhorar adaptação às cheias (ultrapassar problemas atuais mas também prevenindo alterações climáticas) ▪ Potencial para ligação com os agricultores e outros agentes locais (responsabilização) ▪ CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro) – potenciar a colaboração e facilitar gestão da obra 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de financiamento ▪ Pouca vontade política (Administração Central) ▪ Vandalismo nos equipamentos ▪ Necessidade de maior monitorização ▪ Conflitos de interesse, falta de gestão cooperativa
Ambiente e biodiversidade	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas verdes com benefícios no contexto das alterações climáticas (fixação do carbono, regularização) ▪ BIORIA como um bom exemplo: projeto com valências múltiplas (“ganho-ganho”) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessária uma gestão da água apropriada, manutenção do gradiente salino (diversidade dos habitats) ▪ Falta de conhecimento para a gestão ambiental da propriedade privada ▪ Abandono de algumas zonas agrícolas ▪ Gestão das sebes ▪ Intervenções (por exemplo “limpeza das margens”) – nem sempre com acompanhamento técnico adequado ▪ Falta de recursos para fiscalização ▪ Conflito com outras atividades económicas

IMPACTES (continuação)

Oportunidades	Barreiras
Conhecimento, formação e cooperação	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ CIRA como elemento de conjugação de estratégias ▪ Papel das associações e juntas de freguesia ▪ Transversalidade ▪ Participação informal da população ▪ Ligação universidades-cidadãos (transmissão de conhecimento) ▪ Falar mais das alterações climáticas a nível local (oportunidades de formação, por exemplo em escolas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de experiência e de conhecimento (ex. comunicação social) ▪ Interesse político cingido aos ciclos eleitorais ▪ Falta de comunicação e coordenação entre entidades (BIORIA, Dunas S. Jacinto, ...) ▪ Interesses próprios vs. Interesses comuns ▪ Gestão central mais distante vs. Gestão municipal/local ▪ Necessidade de educar para as alterações climáticas a todos os níveis
Atividades socioeconómicas	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar o turismo da natureza, atrair turistas com maior capacidade financeira ▪ Projetos com valências múltiplas: melhorar oferta de atividades complementares no território ▪ Potencial para turismo de saúde – envelhecimento ativo – zonas de lazer próximo das cidades ▪ Parcerias com juntas de freguesia (festas, desenvolvimento de artesanato da região) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obras mal executadas ▪ Gestão de interesses entre atividades (conflitos: espaço para lazer/espaço produtivo; passeio a pé/veículos motorizados; acesso às propriedades) ▪ Informalidade de agentes no setor turístico ▪ Necessidade de maior colaboração entre zonas para elaboração de trilhos/percursos

POLÍTICAS	
Oportunidades	Barreiras
Informação e participação dos agentes locais, na formulação de políticas	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interesse comum ▪ Disponibilidade ▪ Juntas de Freguesia ▪ Educação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interesses antagónicos ▪ Falta de diálogo ▪ Quadro legal não é facilitador dos processos de participação ▪ Desconhecimento do poder das comunidades
Integração das alterações climáticas nas políticas setoriais e regionais (agricultura e conservação da Natureza; local e região)	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Financiamento ▪ CIRA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As questões relacionadas com as alterações climáticas estão centralizadas na Agência Portuguesa do Ambiente ▪ Falta de recursos humanos ▪ Capacitação ▪ Falta e desagregação de informação
Gestão local/ regional (CIRA, simplificação processual)	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadros de investimento da CIRA ▪ Concertação de interesses ▪ Gestão, manutenção e conservação partilhada ▪ Cumplicidade/ sintonia de valores /interesses entre os diferentes municípios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro legal: não é facilitador do processo de gestão local ▪ Descentralização de poderes ▪ Falta de informação da população ▪ As oportunidades desiguais entre freguesias
BVL como Projeto de Interesse Nacional (PIN)	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento da Universidade de Aveiro ▪ Interesse ecológico ▪ Financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolha do responsável pelo Projeto pode ser um constrangimento ▪ Conflitos de interesse ▪ Plano de Gestão Global do BVL ▪ Política

ENVOLVIMENTO

Oportunidades

Barreiras

Mobilizar e fomentar o envolvimento na tomada de decisão

- Associações, organizações
- Identidade local
- Envolver também a população não afetada
- Ação concertada das Autarquias e Juntas de Freguesia
- Misturar diferentes públicos e pessoas de confiança
- Consciencialização de escalões mais jovens
- Entidades públicas devem agregar os interesses de todos

- Imposição dos projetos
- Envolvimento sem vontade (desconfiança)
- Pouca tolerância
- Dificuldade em chegar às pessoas
- As pessoas demitem-se do problema, delegam no poder político
- Falta de resultados (desacreditação)
- Sociedade como barreira
- Falta oportunidade/disponibilidade
- As pessoas acreditam que não "levam nada para casa" por participarem
- Falta de execução

Desenvolver ações de comunicação acerca da adaptação às alterações climáticas no BVL

- Associações
- Identidade local
- Conhecer benefícios
- Utilizar escolas
- Mostrar efeitos que já acontecem e ligar com o que irá acontecer
- Explicar bem e motivar
- Considerar ações diferenciadas
- Aproximação à escala local
- Aspectos locais e pessoais

- Falta de informação inicial
- Pouca sensibilidade para problemas ambientais
- Ligação problemas e futuros é complexo
- Alterações climáticas são complexas/incertas
- Ceticismo
- Horizonte temporal abrangente
- Foco nos problemas atuais

Realizar orçamentos participativos que englobem o tema da adaptação às alterações climáticas

- Excelente oportunidade
- Influência política *a priori*
- Privilégio dos deveres cívicos
- Utilização da caixa de correio tradicional (permite chegar a todos)

- Não haver comunicação
- O orçamento não ter áreas estabelecidas *a priori*
- Tem de haver adesão
- Não haver concertação pública
- Distanciamento dos deveres cívicos
- Resultados das medidas de adaptação não são visíveis

VI AVALIAÇÃO DO IMPACTE DAS OFICINAS DE TRABALHO, NA PERCEÇÃO DOS ATORES-CHAVE.

Após a realização das oficinas de trabalho, os participantes foram convidados a responder a uma versão reduzida do questionário inicial, para re-avaliar as percepções sobre o planeamento da adaptação às alterações climáticas.

O questionário revelou um aumento nas expectativas dos atores-chave sobre os decisores/órgãos de gestão e decisão na obtenção das respostas e ações legislativas mais acertadas. Registou-se ainda uma diminuição na percepção da complexidade no planeamento da adaptação às alterações climáticas e um aumento na intenção de se envolverem no planeamento da adaptação às alterações climáticas.

Os resultados demonstraram um aumento na intenção dos atores-chave de se envolverem no processo de adaptação às alterações climáticas, no BVL, até 2050. Os participantes demonstraram vontade de participar ativamente na discussão e implementação das opções de adaptação relacionados com a gestão do BVL e que possibilitem o aumento na resiliência aos efeitos das alterações climáticas.



CONCLUSÕES

O projeto ADAPT-MED permitiu identificar fatores que afetam positiva ou negativamente a implementação do processo de adaptação às alterações climáticas, e que uma melhor e mais abrangente informação da população e dos atores-chave, bem como a compreensão da percepção dos impactes associados ao ecossistema são ferramentas úteis para a facilitação da implementação de medidas de adaptação a esses mesmos impactes.

Tornou-se evidente que as populações e os atores-chave têm uma ligação intrínseca, quase emocional, à região e que a vontade de colaboração e de participação ativa aumenta quando é dada a oportunidade de intervir nas decisões. Embora possa

existir algum ceticismo quanto às alterações climáticas, a participação em iniciativas temáticas, como as oficinas de trabalho, poderá contribuir para consciencializar quanto à necessidade local de adaptação às alterações climáticas.

Confirma-se assim que as oficinas de trabalho constituem ferramentas que podem contribuir para o enriquecimento do conhecimento dos participantes, na facilitação da discussão e no conseqüente incremento da intenção dos atores-chave em participar no processo de adaptação às alterações climáticas, bem como na desmistificação de algumas das percepções relacionadas com o processo.

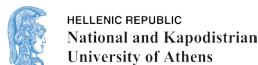


© Ana Lillebø

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos os investigadores parceiros do projeto ADAPT-MED e aos atores-chave do BVL envolvidos, por toda a disponibilidade e interesse em participar ativamente no projeto ADAPT-MED e ainda a disponibilidade e interesse dos alunos da Universidade de Aveiro que participaram nas entrevistas.

Instituições participantes:



Entidades financiadoras :





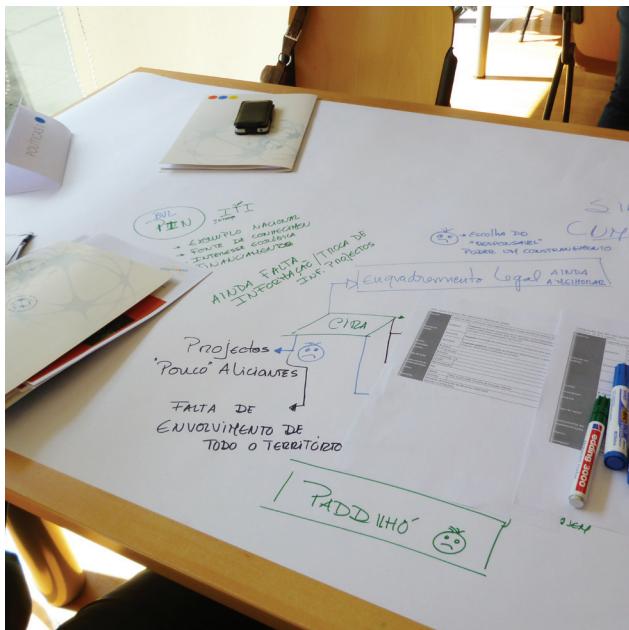
© Nuno Rodrigues



Quem deve ser responsável pelo planeamento da colheita de castanhas no PVL?

A quem deve ser atribuído o planeamento das colheitas de castanhas no PVL?

Quem deve ser responsável pelo planeamento da colheita de castanhas de castanhas no PVL?



© Ana Lilleba

